

**Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas**

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

31 de dezembro de 2015 e 2014
com Relatório dos Auditores Independentes

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais 3

Demonstrações dos resultados 5

Demonstrações dos resultados abrangentes 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Demonstrações do valor adicionado 10

Notas explicativas às demonstrações financeiras 11



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de março de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink that reads 'Claudio Camargo'.

Claudio Camargo
Contador CRC-1PR038371/O-1

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.088	2.848	36.053	10.194
Aplicações financeiras		-	158	-	360
Contas a receber	6	31.353	22.996	110.243	77.786
Dividendos a receber	14	-	521	-	-
Tributos a recuperar		3.009	2.960	7.447	6.051
Adiantamentos a funcionários		151	144	563	234
Outros créditos		2.483	1.693	8.554	4.481
Total do ativo circulante		41.084	31.320	162.860	99.106
Não circulante					
Partes relacionadas	14	-	190	-	-
Depósitos judiciais		5.143	1.040	8.689	1.997
Investimentos	7	411.021	376.572	-	-
Imobilizado, líquido	8	17.211	18.860	148.404	59.701
Intangível, líquido	9	1.820	2.825	427.513	355.174
Total do ativo não circulante		435.195	399.487	584.606	416.872
Total do ativo		476.279	430.807	747.466	515.978

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	45.486	26.445	174.479	28.170
Debêntures	11	337	420	337	420
Fornecedores		5.976	3.961	14.647	6.534
Obrigações trabalhistas	12	14.952	13.446	40.485	33.611
Obrigações tributárias	13	4.194	3.710	20.108	19.270
Dividendos a pagar		19.220	10.738	19.220	10.738
Partes relacionadas	14	-	21.575	-	-
Adiantamento de clientes		3.201	4.268	11.710	10.451
Obrigações por aquisições de participações societárias	16	-	-	5.026	-
Outras contas a pagar		465	2.565	795	6.919
Total do passivo circulante		93.831	87.128	286.807	116.113
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	28.538	44.217	39.980	45.785
Debêntures	11	85.000	84.728	85.000	84.728
Obrigações tributárias	13	229	290	35.604	37.935
Provisão para demandas judiciais	15	4.954	5.940	17.909	15.967
Obrigações por aquisição de participações societárias	16	-	-	10.000	-
Outras contas a pagar		1.362	920	9.801	7.866
Total do passivo não circulante		120.083	136.095	198.294	192.281
Patrimônio líquido					
Capital social	17	30.489	489	30.489	489
Ações em tesouraria	17	(1.463)	-	(1.463)	-
Reservas de capital	17	202.850	206.606	202.850	206.606
Reservas de lucros	17	30.489	489	30.489	489
Total do patrimônio líquido		262.365	207.584	262.365	207.584
Total do passivo e patrimônio líquido		476.279	430.807	747.466	515.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida	21	230.107	194.997	688.983	583.682
Custo dos serviços prestados	22	(165.509)	(148.542)	(403.730)	(367.488)
Lucro bruto		64.598	46.455	285.253	216.194
Despesas e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	22	(52.865)	(40.256)	(117.729)	(97.837)
Depreciação e amortização	22	(5.895)	(5.685)	(25.464)	(24.170)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	(12.725)	(9.173)	(31.061)	(19.758)
Resultado de equivalência patrimonial	7	109.848	77.580	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	3.824	(2.331)	5.456	4.399
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		106.785	66.590	116.455	78.828
Receitas financeiras	23	1.246	3.423	4.762	8.316
Despesas financeiras	23	(27.105)	(27.054)	(39.534)	(42.552)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		80.926	42.959	81.683	44.592
Imposto de renda e contribuição social	20	-	-	(757)	(1.633)
Lucro líquido do exercício		80.926	42.959	80.926	42.959
Média ponderada das ações no exercício	18	7.661.456	7.737.467		
Lucro básico e diluído por ação em reais	18	10,56	5,55		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	80.926	42.959	80.926	42.959
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	80.926	42.959	80.926	42.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de capital			Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total		
		Capital social	Ações em tesouraria	Emissão de ações	Futuro aumento de capital	Total das reservas de capital	Retenção de lucros			Reserva legal	Total das reservas de lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2013		456	-	175.076	13.856	188.932	365	91	456	-	189.844
Aumento de capital	17.a	33	-	3.117	-	3.117	-	-	-	-	3.150
Ações em tesouraria	17.b	-	(13.226)	-	-	-	-	-	-	-	(13.226)
Cancelamento de ações em tesouraria	17.b	-	13.226	(13.226)	-	(13.226)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	42.959	42.959
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(4.405)	-	(4.405)	-	(4.405)
Destinação do resultado do exercício											
Constituição da reserva legal	17.e	-	-	-	-	-	-	7	7	(7)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.e	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.738)	(10.738)
Transferência para reserva para futuro aumento de capital	17.e	-	-	-	27.783	27.783	-	-	-	(27.783)	-
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	4.431	-	4.431	(4.431)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		489	-	164.967	41.639	206.606	391	98	489	-	207.584
Aumento de capital	17.a	30.000	-	-	(30.000)	(30.000)	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	17.b	-	(1.463)	-	-	-	-	-	-	-	(1.463)
Destinação do resultado do exercício de 2014											
Pagamento de dividendos adicionais	17.e	-	-	-	(5.462)	(5.462)	-	-	-	-	(5.462)
Retenção de lucros		-	-	-	(4.036)	(4.036)	4.036	-	4.036	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	80.926	80.926
Destinação do resultado do exercício											
Constituição da reserva legal	17.e	-	-	-	(2.141)	(2.141)	-	6.187	6.187	(4.046)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.e	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.220)	(19.220)
Transferência para reserva para futuro aumento de capital	17.e	-	-	-	37.883	37.883	-	-	-	(37.883)	-
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	19.777	-	19.777	(19.777)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		30.489	(1.463)	164.967	37.883	202.850	24.204	6.285	30.489	-	262.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	80.926	42.959	81.683	44.592
Resultado de equivalência patrimonial	(109.848)	(77.580)	-	-
Depreciação e amortização	5.895	5.685	25.464	24.170
Amortização do custo de captação	54	54	54	54
Encargos financeiros sobre financiamentos	12.906	10.031	17.166	10.498
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	-	1.955	26	1.955
Juros sobre aplicações financeiras	-	173	-	287
Juros de debêntures	12.496	10.557	12.496	10.557
Provisão para demanda judicial	(986)	814	739	(3.124)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.725	9.173	31.061	19.758
Baixa de imobilizado e intangível	197	26	3.053	449
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Contas a receber	(21.082)	(13.753)	(59.727)	(41.131)
Adiantamento a funcionários	(7)	(48)	(305)	619
Depósitos judiciais	(4.103)	(93)	(5.633)	(177)
Outros créditos	(790)	(387)	(3.618)	29
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	2.014	1.537	7.069	2.031
Obrigações trabalhistas	1.507	1.010	991	3.367
Obrigações tributárias	393	63	(4.969)	(4.304)
Mensalidades antecipadas	(1.067)	(263)	(73)	151
Outras contas a pagar	(1.500)	1.192	(4.697)	5.002
	(10.270)	(6.895)	100.780	74.783
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19)	-	(1.482)	(1.538)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(10.289)	(6.895)	99.298	73.245
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	-	41.138	-	47.614
Dividendos recebidos de controladas	60.965	38.129	-	-
Créditos com partes relacionadas	190	13.184	-	-
Aquisição da UNIFRAN, líquido de caixa adquirido	-	(45.761)	-	(45.761)
Aquisição da FASS, líquida de caixa adquirido	-	-	(7.549)	-
Aquisição do Colégio São Sebastião, líquida de caixa adquirido	-	-	(3.298)	-
Aquisição da CEUNSP	-	-	(100.861)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(6.620)	-	-	-
Acrécimo no imobilizado	(2.503)	(3.671)	(36.708)	(14.054)
Acrécimo no intangível	(935)	(1.570)	(1.363)	(1.832)
				-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	51.097	41.449	(149.779)	(14.033)

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	3.150	-	3.150
Ações em tesouraria	(1.463)	(13.226)	(1.463)	(13.226)
Dividendos pagos	(16.200)	(7.214)	(16.200)	(7.214)
Empréstimos e financiamentos pagos	(37.893)	(44.807)	(44.798)	(49.244)
Captação de empréstimos e financiamentos	28.349	20.550	151.162	22.988
Pagamento de encargos financeiros de debêntures	(12.361)	(10.495)	(12.361)	(10.495)
Partes relacionadas	-	18.432	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(39.568)	(33.610)	76.340	(54.041)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.240	944	25.859	5.171
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	2.848	1.904	10.194	5.023
No fim do exercício	4.088	2.848	36.053	10.194
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.240	944	25.859	5.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas	335.271	269.691	1.006.359	801.465
Receitas de serviços	344.775	277.947	1.031.396	817.232
Provisão de créditos para liquidação duvidosa	(12.725)	(9.173)	(31.061)	(19.758)
Outras receitas	3.221	917	6.024	3.991
Insumos adquiridos de terceiros	(77.155)	(69.987)	(151.441)	(129.670)
Materiais consumidos	(951)	(875)	(2.779)	(2.291)
Outros custos de produtos e serviços vendidos	(65.501)	(53.665)	(120.162)	(103.668)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(10.703)	(15.447)	(28.476)	(23.676)
Perda na realização de ativos	-	-	(24)	(35)
Retenções	(5.895)	(5.685)	(24.464)	(24.170)
Depreciação e amortização	(5.895)	(5.685)	(24.464)	(24.170)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	252.221	194.019	830.454	647.625
Valor adicionado recebido em transferência	111.474	81.120	5.722	8.692
Receitas financeiras	1.246	3.423	4.762	8.316
Aluguéis	380	117	960	376
Resultado de equivalência patrimonial	109.848	77.580	-	-
Valor adicionado a distribuir	363.695	275.139	836.176	656.317
Distribuição do valor adicionado	(363.695)	(275.139)	(836.176)	(656.317)
Empregados	(116.906)	(100.989)	(318.440)	(288.337)
Remuneração direta e encargos	(106.067)	(91.897)	(289.301)	(263.002)
Benefícios	(4.623)	(3.778)	(11.514)	(10.082)
FGTS	(6.216)	(5.314)	(17.625)	(15.253)
Tributos	(10.264)	(10.139)	(26.128)	(25.799)
Federais	(2.329)	(3.099)	(6.198)	(7.468)
Estaduais	(2.526)	(2.241)	(4.477)	(4.204)
Municipais	(5.409)	(4.799)	(15.453)	(14.127)
Financiadores	(49.245)	(45.678)	(89.091)	(84.613)
Juros	(27.787)	(26.813)	(39.567)	(41.879)
Aluguéis	(21.458)	(18.865)	(49.524)	(42.734)
Bolsas de estudo e descontos	(106.354)	(75.374)	(321.591)	(214.609)
Estudantes carentes e descontos	(106.354)	(75.374)	(321.591)	(214.609)
Lucro do exercício	(80.926)	(42.959)	(80.926)	(42.959)
Distribuição de dividendos	(19.220)	(10.738)	(19.220)	(10.738)
Reservas de lucros	(23.823)	(4.438)	(23.823)	(4.438)
Reservas de capital	(37.883)	(27.783)	(37.883)	(27.783)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Cruzeiro do Sul Educacional” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo-SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 – Tatuapé. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de educação infantil, ensino fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

Em 31 de dezembro de 2015, a Cruzeiro do Sul Educacional e suas controladas contavam com 11 campus e 5 colégios, e eram representados pelas instituições de ensino conforme abaixo:

- Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo – SP;
- Colégio Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba – SP;
- Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília – DF;
- Universidade de Franca, Franca – SP;
- Colégio Alto Padrão, Franca – SP;
- Colégio CTEC, Franca – SP;
- Faculdade São Sebastião – São Sebastião – SP;
- Colégio Objetivo São Sebastião, São Sebastião – SP;
- Faculdade Caraguatatuba, Caraguatatuba – SP;
- Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, Itu – SP;
- Colégio CEUNSP, Itu – SP;
- Colégio Itu, Itu – SP; e
- Colégio Cidade de Salto.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 05 de março de 2015, a controlada Sociedade Empresaria de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. (“Módulo”), adquiriu a Faculdade São Sebastião (“FASS”) e Colégio São Sebastião – Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda. (“Colégio São Sebastião”), que oferecem cursos na área educacional. Localizada no litoral de São Paulo, a FASS oferece cursos de ensino infantil, ensino médio, ensino fundamental e ensino superior tecnológico presencial e graduação presencial.

Em 23 de dezembro de 2015, a controlada ACEF S.A. (“Unifran”) concluiu as negociações da aquisição da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. (“CEUNSP”). CEUNSP é um dos maiores complexos educacionais do país, oferece atualmente 150 cursos, turnos e habilitações, sendo do Jardim da Infância à Pós-Graduação, na região de Itu e Salto.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na nota explicativa 3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 31 de março de 2016.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	País sede	31/12/2015	31/12/2014
Participação Direta			
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. ("UDF")	Brasil	99,98%	99,98%
Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. ("Módulo")	Brasil	99,40%	99,40%
Sociedade Educacional Cidade de São Paulo Ltda. ("Unicid" ou "SECID")	Brasil	99,99%	99,99%
ACEF S.A. ("Unifran")	Brasil	99,99%	99,99%
Participação Indireta			
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	Brasil	99,99%	99,99%
Instituição de Ensino São Sebastião Ltda. ("FASS")	Brasil	99,99%	-
Colégio São Sebastião – Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda. ("Colégio São Sebastião")	Brasil	99,99%	-
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	Brasil	99,99%	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados na consolidação.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, somada ao valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou de suas controladas que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida estiverem relacionados a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Todas as aquisições efetuadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Classificação circulante e não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) for mantido principalmente para negociação;
- (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) for mantido principalmente para negociação;
- (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Venda de produtos

A receita de venda de livros e apostilas é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5. Tributos

Em decorrência da alteração da forma jurídica da Companhia, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de 1º de outubro de 2011:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto Sobre Serviços ("ISS");
- (ii) Incidência de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o lucro real anual, ajustado pelo cálculo do lucro da exploração.
- (iii) Incidência de PIS e COFINS cumulativo e não cumulativo sobre a receita bruta mensal, exceto as isentas pelo PROUNI (Programa Universidade para Todos).

A Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. não possui nenhum benefício fiscal e efetua sua tributação normalmente com as taxas usuais, sendo tributada pelo lucro real anual.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do art. 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Para a Companhia e suas controladas, as regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. A partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas, passaram a recolher 0,65% de PIS e 4,00% de Cofins respectivamente decorrentes de receitas com aplicações financeiras.

Sob as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.7. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia e/ou suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros recebíveis e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Investimentos financeiros disponíveis para venda.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e/ou suas controladas não possuem investimentos mantidos até o vencimento ou investimentos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou suas controladas que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38.

Derivativos e ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- São transferidos seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) não foram transferidos nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que fosse amortizado, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e/ou suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia e/ou suas controladas inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos.

Se a Companhia e/ou suas controladas concluírem que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia e/ou suas controladas. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e/ou suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou suas controladas que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 – Derivativos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8. Instrumentos financeiros - derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e/ou suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, principalmente swaps, para fornecer proteção contra o risco de variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Para fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), a Companhia e/ou suas controladas classificam suas operações como hedge de valor justo, pois tais operações fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia e/ou suas controladas classificam formalmente e documentam a relação de hedge à qual se deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge.

Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado no resultado financeiro. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado no resultado financeiro.

A Companhia e suas controladas utilizam contratos de swap com o objetivo de proteger a exposição a variações no valor justo dos empréstimos em moeda estrangeira.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.10. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

2.11. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e/ou suas controladas irão obter as propriedades ao final do prazo do arrendamento.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Acervo bibliográfico	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 4,0% a 10,0% a.a. variando de acordo com o período de locação.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.12. Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e/ou suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia e/ou suas controladas obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.13. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 30 de setembro), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.15. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais quando for provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.17. Adiantamento de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

2.18. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.19. Informação por segmento

A Companhia e/ou suas controladas estão organizadas em um único segmento operacional. Os cursos oferecidos, seus campus e pólos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes.

2.20. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria, por exemplo) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda deve ser reconhecido no resultado na compra, venda emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais da própria entidade. Montantes pagos ou recebidos são contabilizados diretamente no patrimônio.

2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

A Companhia e/ou suas controladas aplicaram, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2015 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Melhorias anuais – ciclo 2010-2012

Nas melhorias anuais – ciclo 2010-2012, o IASB emitiu sete alterações a seis normas, incluindo uma alteração à IFRS 13 – Mensuração a Valor Justo. A alteração à IFRS 13 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2015, esclarecendo, na Base de Conclusões, que as contas a receber e contas a pagar a curto prazo sem taxas de juros declaradas podem ser mensuradas a valores faturados quando o efeito do desconto for insignificante. Essa alteração à IFRS 13 não tem impacto sobre a Companhia e/ou suas controladas.

Melhorias anuais – ciclo 2011-2013

Nas melhorias anuais – ciclo 2011-2013, o IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros. A alteração à IFRS 1 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2015 e esclarece na Base de Conclusões que uma entidade pode escolher aplicar uma norma atual ou uma nova norma que ainda não seja obrigatória, mas permite aplicação antecipada, contanto que uma das normas seja aplicada consistentemente ao longo dos períodos apresentados nas demonstrações financeiras emitidas pela primeira vez de acordo com as normas IFRS. Essa alteração à IFRS 1 não causa impacto sobre a Companhia e/ou suas controladas, uma vez que suas demonstrações financeiras são preparadas com base em IFRS em vigência.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.22. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas porém ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia e/ou suas controladas, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração de seus passivos financeiros.

Melhorias Anuais – Ciclo 2011-2013

Essas melhorias entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2014, não sendo esperado efeito significativo sobre a Companhia e/ou suas controladas, incluindo:

IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo

A alteração se aplica prospectivamente e esclarece as exceções de escopo da IFRS 13, quais sejam:

- Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 13;
- Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras de acordo conjunto em si.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, em análise no Brasil. A Companhia está avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar a nova norma na data efetiva de entrada em vigor.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia e/ou suas controladas utilizam seu julgamento para escolher os dados e premissas utilizados nestas avaliações. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independente do respectivo resultado final.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia e/ou suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

4. Combinação de negócios

4.1. Faculdade São Sebastião

a) Aquisição

Em 05 de março de 2015 a Módulo concretizou a aquisição de 100% das cotas da Instituição de Ensino São Sebastião Ltda. ("FASS").

A aquisição foi motivada, fundamentalmente, em razão do interesse em expandir sua operação na área de atuação da adquirida. Não houve a necessidade de aprovação do CADE devido ao valor da operação.

O preço pago foi de R\$ 7.706, quitado em uma única parcela no dia 5 de março de 2015.

b) Alocação do valor justo

A Administração da Companhia realizou estudos para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição da FASS, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição é apresentado a seguir:

Descrição	R\$
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	157
Contas a receber	299
Outros ativos	90
Imobilizado	1.351
Intangíveis	
Carteira de alunos	509
Cláusula de não concorrência	899
	3.305
Passivo	
Fornecedores	(47)
Empréstimos e financiamentos	(719)
Outros passivos	(2.340)
	(3.106)
Total de ativos identificáveis líquidos	199
Ágio	7.507
Total da contraprestação	7.706

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados da Módulo e FASS.

Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis

Foram observados os critérios definidos no CPC 04 - Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização
Carteira de alunos	509	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Cláusula de não concorrência	899	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saída de caixa líquida na aquisição da FASS

	<u>Março/2015</u>
Preço de aquisição pago em caixa	7.706
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(157)
Desembolso líquido de caixa	<u>7.549</u>

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela FASS, a partir de março de 2015, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 05 de março de 2015.

Desde a data de aquisição, a FASS contribuiu com uma receita líquida de R\$ 5.579 e lucro líquido de R\$ 230. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a receita líquida consolidada totalizaria R\$ 690.313 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 81.023.

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$237, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia e sua controlada Módulo possuem respaldo contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da FASS.

4.2. Colégio São Sebastião

a) Aquisição

Em 05 de março de 2015, a Módulo concretizou a aquisição de 100% das cotas do Colégio São Sebastião – Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda. (“Colégio São Sebastião”).

A aquisição foi motivada, fundamentalmente, em razão do interesse em expandir sua operação na área de atuação da adquirida.

Não houve a necessidade de aprovação do CADE devido ao valor da operação. O preço pago foi de R\$3.328, efetuado em uma única parcela no dia 5 de março de 2015.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Alocação do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, é apresentado a seguir:

Descrição	R\$
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	30
Contas a receber	20
Outros ativos	1
Imobilizado	9
Intangíveis	
Carteira de alunos	936
Cláusula de não concorrência	282
	1.278
Passivo	
Fornecedores	(11)
Empréstimos e financiamentos	(16)
Outros passivos	(950)
	(977)
Total de ativos identificáveis líquidos	301
Ágio	3.027
Total da contraprestação	3.328

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados da Módulo e Colégio São Sebastião. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis

Foram observados os critérios definidos no CPC 04 - Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização
Carteira de alunos	936	Método de "rendimentos excedentes"	9 anos
Cláusula de não concorrência	282	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saída de caixa líquido na aquisição da controlada

	<u>Março/2015</u>
Preço de aquisição pago em caixa	3.328
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(30)
Desembolso líquido de caixa	<u>3.298</u>

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pelo Colégio São Sebastião, a partir de março de 2015, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 05 de março de 2015.

Desde a data de aquisição, a adquirida contribuiu com o reconhecimento de receita líquida de R\$ 2.200 e prejuízo de R\$ 409. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a receita líquida consolidada totalizaria R\$ 689.615 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 80.720.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia e sua controlada Módulo possuem respaldo contratual para eventuais desembolsos financeiros relativos a contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição do Colégio São Sebastião.

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$102, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

4.3. CEUNSP

a) Aquisição

Em 23 de dezembro de 2015 a ACEF concretizou a aquisição de 100% das cotas da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP"). Essa aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 24 de novembro de 2015.

O preço pago é composto da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Valor desembolsado na data da aquisição	101.550
A serem pagos de forma parcelada	15.000
Total da contraprestação	<u>116.550</u>

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Alocação do valor justo

A Administração da Companhia realizou estudos preliminares para mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e a alocação do preço de aquisição da CEUNSP, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. O laudo para alocação do preço de aquisição apresenta valores preliminares, sujeitos a revisão dentro de um período de até um ano.

O valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição é apresentado a seguir:

Descrição	R\$
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	689
Contas a receber	3.473
Outros ativos	1.720
Imobilizado	66.239
Intangível	
Marca	10.787
Carteira de alunos	3.849
Cláusula de não concorrência	8.171
	94.928
Passivo	
Fornecedores	(989)
Empréstimos e financiamentos	(16.242)
Outros passivos	(8.797)
	(26.028)
Total de ativos identificáveis líquidos	68.900
Ágio	47.650
Total da contraprestação	116.550

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra da CEUNSP. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Metodologia para o reconhecimento dos ativos identificados na combinação de negócios

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização
Imóvel	58.270	Método comparativo de dados de mercado	25 anos
Marca	10.787	Método da "economia de royalties"	50 anos
Carteira de alunos	3.849	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Cláusula de não concorrência	8.171	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquido na aquisição da CEUNSP

	Dezembro/2015
Preço de aquisição pago em caixa na data da aquisição	101.550
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(689)
Desembolso líquido de caixa em 2015	100.861

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios gerados pela CEUNSP, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 23 de dezembro de 2015, sendo as transações entre 24 de dezembro e 31 de dezembro de 2015 imateriais. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a receita líquida consolidada totalizaria R\$ 763.323 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 76.203.

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$315, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia e sua controlada ACEF possuem respaldo contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da CEUNSP.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	33	264	215	374
Equivalentes de caixa	4.055	2.584	35.838	9.820
Total	4.088	2.848	36.053	10.194

Equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mensalidades	(a)	49.724	35.127	133.901	83.562
Crédito universitário	(b)	11.088	8.123	52.416	39.504
Acordos em andamento	(c)	9.223	6.235	26.260	18.721
Outras contas a receber		1.623	1.091	4.467	3.278
Subtotal		71.658	50.576	217.044	145.065
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(40.305)	(27.580)	(106.801)	(67.279)
Total		31.353	22.996	110.243	77.786

- (a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.
- (b) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Controladora e suas controladas.

FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF ou Banco do Brasil e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e tributos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões de títulos do Tesouro Nacional.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados na modalidade FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Companhia é responsável por 15% de eventual inadimplência do aluno. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Companhia é responsável por 3% da inadimplência para os contratos assinados antes de 3 de abril de 2012 e de 1,5% para os contratos assinados após esta data.

Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu as portarias normativas n.º 21 e n.º 23 que modificam principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de juros e atualização monetária pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito.
- (d) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida. A evidência objetiva de perda é observada na análise dos percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos, considerando o período de maturação na carteira de clientes e a inadimplência do período. A Companhia e suas controladas constituem provisão integral para os títulos vencidos acima de 180 dias.

A movimentação da provisão para créditos para liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2013	18.407	47.521
Constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.173	19.758
Saldos em 31/12/2014	27.580	67.279
Constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.725	31.061
Aquisição da CEUNSP	-	8.461
Saldos em 31/12/2015	40.305	106.801

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2015	%	31/12/2014	%
A vencer				
Crédito universitário	11.088	15%	8.123	16%
Mensalidades a receber	-	0%	47	0%
Acordos em andamento	1.814	3%	744	1%
Outras contas a receber	1.623	2%	1.091	2%
Vencidos				26%
Até 180 dias	16.828	23%	12.991	
Acima de 180 dias	40.305	56%	27.580	55%
Total	71.658	100%	50.576	100%

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	31/12/2015	%	31/12/2014	%
A vencer				
Crédito universitário	52.416	25%	39.504	27%
Mensalidades a receber	474	0%	954	1%
Acordos em andamento	4.520	2%	3.116	2%
Outras contas a receber	4.467	2%	3.279	2%
Vencidos				
Até 180 dias	48.366	22%	30.933	22%
Acima de 180 dias	106.801	49%	67.279	46%
Total	217.044	100%	145.065	100%

7. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	Controladora	
	Investimentos	
	2015	2014
Sociedade Civil de Educação e Cultura do Litoral Norte Ltda. (Módulo)	1.005	2.028
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. (UDF)	26.573	11.492
Soc. Educ. Cidade de São Paulo Ltda. (Unicid)	7.154	2.263
ACEF S.A. (Unifran)	28.393	9.495
	63.125	25.278
Ágio não incorporado gerado na aquisição da Módulo	9.026	9.026
Ágio não incorporado gerado na aquisição da UDF	43.252	43.252
Ágio não incorporado gerado na aquisição da Unicid	157.857	162.110
Ágio não incorporado gerado na aquisição da Unifran	131.141	136.906
	341.276	351.294
Adiantamento para futuro aumento de capital na Módulo	6.620	-
Total	411.021	376.572

b) Movimentação dos investimentos

	Módulo	UDF	Unicid	Unifran	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	10.172	58.076	144.947	124.447	337.642
Equivalência patrimonial	882	23.677	24.070	39.358	87.987
Efeito líquido da combinação de negócios (i)	-	-	(4.644)	(5.763)	(10.407)
Equivalência patrimonial total	882	23.677	19.426	33.595	77.580
Distribuição de lucros	-	(27.009)	-	(11.641)	(38.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	11.054	54.744	164.373	146.401	376.572

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Equivalência patrimonial	(1.023)	31.547	42.274	47.069	119.867
Efeito líquido da combinação de negócios (i)	-	-	(4.254)	(5.765)	(10.019)
Equivalência patrimonial total	(1.023)	31.547	38.020	41.304	109.848
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.620	-	-	-	6.620
Distribuição de lucros	-	(16.466)	(37.382)	(28.171)	(82.019)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	16.651	69.825	165.011	159.534	411.021

(i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios e reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

c) Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

	31 de dezembro de 2014			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de Participação	99,40%	99,98%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	3.869	15.707	23.821	24.910
Ativo não circulante	4.468	12.645	37.050	10.769
Total do ativo	8.337	28.352	60.871	35.679
Passivo circulante	3.625	7.811	20.793	19.546
Passivo não circulante	2.684	9.048	37.816	6.638
Patrimônio líquido	2.028	11.493	2.262	9.495
Total do passivo e patrimônio líquido	8.337	28.352	60.871	35.679
Receita líquida	15.837	76.928	156.607	139.313
Custo dos serviços prestados	(9.272)	(36.532)	(99.168)	(73.974)
Despesas operacionais, líquidas	(5.442)	(15.017)	(26.936)	(22.118)
Despesas financeiras, líquidas	(232)	(1.363)	(5.149)	(3.861)
Imposto de renda e contribuição social	(9)	(339)	(1.285)	-
Lucro líquido	882	23.677	24.069	39.360

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2015			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de Participação	99,40%	99,98%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	6.602	25.156	45.255	44.763
Ativo não circulante	21.610	21.938	22.948	152.662
Total do ativo	28.212	47.094	68.203	197.425
Passivo circulante	8.591	8.986	23.173	152.226
Passivo não circulante	12.001	11.536	37.873	16.801
Patrimônio líquido	7.620	26.572	7.157	28.398
Total do passivo e patrimônio líquido	28.212	47.094	68.203	197.425
Receita líquida	25.721	94.070	183.232	155.853
Custo dos serviços prestados	(14.947)	(42.669)	(104.383)	(76.222)
Despesas operacionais, líquidas	(8.902)	(18.244)	(33.587)	(30.385)
Despesas financeiras, líquidas	(2.803)	(1.048)	(2.922)	(2.140)
Imposto de renda e contribuição social	(92)	(562)	(66)	(37)
Lucro líquido (prejuízo)	(1.023)	31.547	42.274	47.069

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

a) Controladora

	% - Taxa depreciação	31/12/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Acervo bibliográfico	10	8.856	(6.242)	2.614	8.536	(5.743)	2.793
Equipamentos de informática	20	11.891	(10.099)	1.792	11.627	(9.330)	2.297
Máquinas e equipamentos	10	21.050	(15.182)	5.868	16.595	(11.146)	5.449
Móveis e utensílios	10	11.364	(9.234)	2.130	10.985	(8.698)	2.287
Instalações	10	2.412	(1.651)	761	2.392	(1.447)	945
Benfeitorias	(a)	5.099	(1.555)	3.544	5.067	(1.047)	4.020
Outros	10	973	(471)	502	4.269	(3.200)	1.069
		61.645	(44.434)	17.211	59.471	(40.611)	18.860

(a) Benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se aos gastos com reformas nos campi nos quais os imóveis são alugados. A amortização destas benfeitorias está sendo realizada de acordo com o prazo previsto no respectivo contrato de locação, a taxa é de 4% a 10% ao ano, sendo este menor do que a vida útil da benfeitoria.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	% - Taxa depreciação	31/12/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Edificações	4	58.270	-	58.270	-	-	-
Acervo bibliográfico	10	29.757	(15.427)	14.330	26.442	(13.335)	13.107
Equipamentos de informática	20	41.687	(33.023)	8.664	36.961	(30.576)	6.385
Máquinas e equipamentos	10	49.209	(31.423)	17.786	38.786	(24.311)	14.475
Móveis e utensílios	10	35.995	(22.931)	13.064	28.520	(21.232)	7.288
Instalações	10	22.378	(16.865)	5.513	22.309	(15.063)	7.246
Benfeitorias	(a)	13.238	(2.873)	10.365	10.265	(1.717)	8.548
Imobilizações em andamento	-	17.465	-	17.465	385	-	385
Outros	10	4.230	(1.283)	2.947	7.633	(5.366)	2.267
		272.229	(123.825)	148.404	171.301	(111.600)	59.701

(a) Benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se aos gastos com reformas nos campi nos quais os imóveis são alugados. A amortização destas benfeitorias está sendo realizada de acordo com o prazo previsto no respectivo contrato de locação, a taxa é de 4% a 10% ao ano, sendo este menor do que a vida útil da benfeitoria.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A demonstração da movimentação imobilizado é conforme segue:

a) Controladora

	Acervo bibliográfico	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Benfeitorias	Outros	Total
Custo								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.724	10.645	15.917	10.576	2.126	4.694	4.198	55.880
Adições	813	985	682	409	266	373	143	3.671
Baixas	(1)	(3)	(4)	-	-	-	(72)	(80)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.536	11.627	16.595	10.985	2.392	5.067	4.269	59.471
Adições	320	264	1.292	379	20	32	196	2.503
Baixas	-	-	(28)	-	-	-	(301)	(329)
Transferências	-	-	3.191	-	-	-	(3.191)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	8.856	11.891	21.050	11.364	2.412	5.099	973	61.645
Depreciação								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(4.807)	(8.532)	(9.990)	(8.040)	(1.157)	(735)	(2.910)	(36.171)
Adições	(936)	(801)	(1.159)	(658)	(290)	(312)	(338)	(4.494)
Baixas	-	3	3	-	-	-	48	54
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(5.743)	(9.330)	(11.146)	(8.698)	(1.447)	(1.047)	(3.200)	(40.611)
Adições	(499)	(769)	(1.269)	(536)	(204)	(508)	(170)	(3.955)
Baixas	-	-	28	-	-	-	104	132
Transferências	-	-	(2.795)	-	-	-	2.795	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(6.242)	(10.099)	(15.182)	(9.234)	(1.651)	(1.555)	(471)	(44.434)
Total em 31 de dezembro de 2014	2.793	2.297	5.449	2.287	945	4.020	1.069	18.860
Total em 31 de dezembro de 2015	2.614	1.792	5.868	2.130	761	3.544	502	17.211

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Edificações	Acervo bibliográfico	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Benfeitorias	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Custo										
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	21.600	35.167	36.784	27.387	22.040	8.100	299	7.607	158.984
Adições	-	4.843	2.734	2.134	1.150	269	2.188	86	650	14.054
Baixas	-	(1)	(940)	(132)	(17)	-	(23)	-	(624)	(1.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	26.442	36.961	38.786	28.520	22.309	10.265	385	7.633	171.301
Adições	-	1.997	4.461	3.769	2.842	56	2.670	19.853	1.060	36.708
Baixas	-	-	(121)	(185)	(27)	-	-	(2.773)	(273)	(3.379)
Aquisição FAAS	-	559	12	150	252	1	303	-	74	1.351
Aquisição Colégio São Sebastião	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9
Aquisição CEUNSP	58.270	759	374	1.560	4.408	12	-	-	856	66.239
Transferências	-	-	-	5.129	-	-	-	-	(5.129)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	58.270	29.757	41.687	49.209	35.995	22.378	13.238	17.465	4.230	272.229
Depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(11.209)	(29.276)	(21.801)	(19.506)	(13.059)	(979)	-	(5.014)	(100.844)
Adições	-	(2.126)	(2.234)	(2.622)	(1.740)	(2.004)	(738)	-	(580)	(12.044)
Baixas	-	-	934	112	14	-	-	-	228	1.288
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(13.335)	(30.576)	(24.311)	(21.232)	(15.063)	(1.717)	-	(5.366)	(111.600)
Adições	-	(2.084)	(2.570)	(2.918)	(1.725)	(1.802)	(1.167)	-	(375)	(12.641)
Baixas	-	-	123	149	26	-	11	-	107	416
Transferências	-	(8)	-	(4.343)	-	-	-	-	4.351	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(15.427)	(33.023)	(31.423)	(22.931)	(16.865)	(2.873)	-	(1.283)	(123.825)
Total em 31 de dezembro de 2014	-	13.107	6.385	14.475	7.288	7.246	8.548	385	2.267	59.701
Total em 31 de dezembro de 2015	58.270	14.330	8.664	17.786	13.064	5.513	10.365	17.465	2.947	148.404

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos mercantis financeiros

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 16.098 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 9.995). Houve adições ao imobilizado durante o exercício no valor de R\$ 6.627 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 4.975) de itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro, que são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos.

Abaixo é apresentada a movimentação dos saldos de ativos de arrendamento mercantil financeiro:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo anterior	9.995	6.172
(+) Adição	6.627	4.975
(-) Amortização	(524)	(1.152)
Saldo final	16.098	9.995

9. Intangível

a) Controladora

Descrição	% taxa de amortização	31/12/2015			31/12/2014		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Softwares	20%	6.491	(4.671)	1.820	6.446	(3.621)	2.825
		6.491	(4.671)	1.820	6.446	(3.621)	2.825

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Descrição	% taxa de amortização	31/12/2015			31/12/2014		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Ágios							
Módulo (a)	(b)	9.026	-	9.026	9.026	-	9.026
UDF (a)	(b)	43.251	-	43.251	43.251	-	43.251
Unicid (a)	(b)	126.789	-	126.789	126.789	-	126.789
Unifran (a)	(b)	107.924	-	107.924	107.924	-	107.924
FASS (c)	(b)	7.507	-	7.507	-	-	-
Colégio São Sebastião (c)	(b)	3.027	-	3.027	-	-	-
CEUNSP (c)	(b)	47.650	-	47.650	-	-	-
Outros intangíveis							
Software	20% a.a	9.095	(6.105)	2.990	8.437	(4.556)	3.881
Unicid							
Marca Unicid	4% a.a	13.021	(1.750)	11.271	13.021	(1.238)	11.783
Carteira de alunos - Graduação	23% a.a	15.645	(12.104)	3.541	15.645	(8.562)	7.082
Carteira de alunos – Outros	42% a.a	942	(940)	2	942	(940)	2
Pólos de ensino	20% a.a	996	(682)	314	996	(482)	514
Licenças MEC – Medicina	(b)	15.940	-	15.940	15.940	-	15.940
Unifran							
Marca Unifran	4% a.a	11.446	(1.120)	10.326	11.446	(672)	10.774
Carteira de alunos - Graduação	22% a.a	16.507	(9.170)	7.337	16.507	(5.502)	11.005
Carteira de alunos – Outros	53% a.a	3.644	(2.613)	1.031	3.644	(1.566)	2.078
Pólos de ensino	20% a.a	3.010	(1.507)	1.503	3.010	(905)	2.105
Licenças MEC – Medicina	(b)	3.020	-	3.020	3.020	-	3.020
FASS							
Relacionamento com clientes	20% a.a	509	(85)	424	-	-	-
Cláusula de Não-Concorrência	20% a.a	899	(150)	749	-	-	-
Colégio São Sebastião							
Relacionamento com clientes	11% a.a	936	(87)	849	-	-	-
Cláusula de Não-Concorrência	20% a.a	282	(47)	235	-	-	-
CEUNSP							
Marca	4% a.a	10.787	-	10.787	-	-	-
Relacionamento com clientes	11% a.a	3.849	-	3.849	-	-	-
Cláusula de Não-Concorrência	20% a.a	8.171	-	8.171	-	-	-
		463.873	(36.360)	427.513	379.598	(24.423)	355.174

(a) Ágio proveniente das aquisições em exercícios passados. Em atendimento ao ICPC 09, o saldo na Controladora está registrado na rubrica "Investimentos";

(b) Ativos intangíveis com vida útil indefinida.;

(c) Ágio proveniente das aquisições (vide Nota Explicativa 1). Em atendimento ao ICPC 09, o saldo na Controladora está registrado na rubrica "Investimentos";

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

a) Controladora

Movimentação	% taxa amortização	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015
Custo							
Software	10% a.a.	4.876	1.570	6.446	935	(891)	6.490
Amortização							
Software	10% a.a.	(2.430)	(1.191)	(3.621)	(1.940)	891	(4.670)
Total		2.446	379	2.825	(1.005)	-	1.820

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Movimentação	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015
<u>Custo</u>								
Ágio								
Módulo	9.026	-	-	9.026	-	-	-	9.026
UDF	43.251	-	-	43.251	-	-	-	43.251
Unicid	126.789	-	-	126.789	-	-	-	126.789
Unifran	107.924	-	-	107.924	-	-	-	107.924
FASS	-	-	-	-	7.507	-	-	7.507
Colégio São Sebastião	-	-	-	-	3.027	-	-	3.027
CEUNSP	-	-	-	-	47.650	-	-	47.650
Alocação do preço de compra - Unifran								
Marca Unifran	11.446	-	-	11.446	-	-	-	11.446
Carteira de Alunos - Graduação	16.507	-	-	16.507	-	-	-	16.507
Carteira de Alunos - Outros	3.644	-	-	3.644	-	-	-	3.644
Pólos de Ensino	3.010	-	-	3.010	-	-	-	3.010
Licenças MEC- Medicina	3.020	-	-	3.020	-	-	-	3.020
Alocação do preço de compra - Unicid								
Marca Unicid	13.021	-	-	13.021	-	-	-	13.021
Carteira de Alunos - Graduação	15.645	-	-	15.645	-	-	-	15.645
Carteira de Alunos - Outros	942	-	-	942	-	-	-	942
Pólos de Ensino	996	-	-	996	-	-	-	996
Licenças MEC- Medicina	15.940	-	-	15.940	-	-	-	15.940
Alocação do preço de compra – FASS								
Relacionamento com clientes	-	-	-	-	509	-	-	509
Cláusula de não-concorrência	-	-	-	-	899	-	-	899
Alocação do preço de compra – Colégio São Sebastião								
Relacionamento com clientes	-	-	-	-	936	-	-	936
Cláusula de não-concorrência	-	-	-	-	282	-	-	282
Alocação do preço de compra – CEUNSP								
Marca	-	-	-	-	10.787	-	-	10.787
Relacionamento com clientes	-	-	-	-	3.849	-	-	3.849
Cláusula de Não - Concorrência	-	-	-	-	8.171	-	-	8.171
Softwares	6.724	1.832	(119)	8.437	272	1.363	(977)	9.095
Total do Custo	377.885	1.832	(119)	379.598	83.889	1.363	(977)	463.873

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Movimentação			Saldos em	Combinação de			Saldos em
	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014	negócios	Adições	Baixas	31/12/2015
<u>Amortização</u>								
Alocação do preço de compra - Unifran								
Marca Unifran	(224)	(448)	-	(672)	-	(448)	-	(1.120)
Carteira de alunos - Graduação	(1.834)	(3.668)	-	(5.502)	-	(3.668)	-	(9.170)
Carteira de alunos - Outros	(523)	(1.044)	-	(1.567)	-	(1.046)	-	(2.613)
Pólos de ensino	(301)	(604)	-	(905)	-	(602)	-	(1.507)
Alocação do preço de compra - Unicid								
Marca Unicid	(726)	(512)	-	(1.238)	-	(512)	-	(1.750)
Carteira de alunos - Graduação	(5.018)	(3.544)	-	(8.562)	-	(3.542)	-	(12.104)
Carteira de alunos - Outros	(552)	(388)	-	(940)	-	-	-	(940)
Pólos de ensino	(282)	(200)	-	(482)	-	(200)	-	(682)
Alocação do preço de compra – FASS								
Relacionamento com clientes	-	-	-	-	-	(85)	-	(85)
Cláusula de não-concorrência	-	-	-	-	-	(150)	-	(150)
Alocação do preço de compra – Colégio São Sebastião								
Relacionamento com clientes	-	-	-	-	-	(87)	-	(87)
Cláusula de não-concorrência	-	-	-	-	-	(48)	-	(48)
Softwares	(2.957)	(1.718)	119	(4.556)	-	(2.436)	887	(6.105)
Total da Amortização	(12.417)	(12.126)	119	(24.424)	-	(12.823)	887	(36.360)
Total	365.468	(10.294)	-	355.174	83.889	(11.460)	(90)	427.513

Os ativos classificados como “Software” correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e suas controladas, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de software sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de software com vigência de 12 meses.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente será submetido também anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações.

A Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou *impairment*. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (Business Unit) cada entidade existente, conforme disposto no item 5, do CPC 01.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados (2015 e 2014)

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto, e ganho de margem anual pelo período de 5 anos, conforme abaixo:

Ágio na aquisição de participações	Taxa média de desconto	Valor residual do ágio em 31/12/2015
Módulo	14,6%	9.026
UDF	14,9%	43.251
Unicid	14,9%	126.789
Unifran	14,9%	107.924
FASS	15,1%	7.507
Colégio São Sebastião	14,8%	3.027

Taxa de desconto

A taxa de desconto das unidades geradoras de caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGCs e na média ponderada do custo de capital da Companhia.

Taxa de crescimento

Foi utilizado um período de cinco anos nas projeções dos fluxos de caixa das UGCs. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Crescimento do EBITDA projetado

O EBITDA projetado e apresentado em bases de crescimento composto anual dos planos de negócio utilizados para fins de avaliação do valor recuperável foram baseados na experiência da Administração e ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento de receita através de inserção de novos produtos e serviços, reposicionamento de preços e captação de alunos advindos de novas praças;
- Ganhos de margem operacional, como participação da receita, através da inserção das melhores práticas de gestão, ganhos de escala através de renegociação com fornecedores, contínua maturação dos cursos nos campus adquiridos e desenvolvimentos de novos produtos e serviços com margens mais elevadas.

Análise de sensibilidade das premissas

A Administração identificou duas premissas principais, que são números de alunos e reajuste de mensalidades, para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável.

A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de 8% e ganhos de margem anuais de 4%, principalmente pela consideração de unidades adquiridas na sua fase pré-operacional ou com baixo volume de alunos, as taxas de crescimento de receita satisfazem o valor estipulado, uma vez que a base inicial de alunos é baixa se comparado a maturação.

Os ganhos de margem são satisfatoriamente condizentes com as premissas de crescimento do EBITDA projetado, uma vez que as UGCs quando adquiridas não apresentam gestão administrativa centralizada, como também possibilita a diluição de custos através de ganhos de escala pelo crescimento de receita e introdução das melhores práticas de custo da Companhia.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas.

Valorização da carteira de alunos

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontando, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para geração deste resultado.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. O método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando o cenário de geração de fluxos de caixa atual e outro considerando uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Foi considerado uma taxa de desconto de 14,6% a.a. para um período de projeção de 9 anos e 3 meses a partir da data-base, sem perpetuidade.

Foram consideradas as informações gerenciais fornecidas pela administração:

- Quantidade de alunos: Foi projetado um crescimento no número de alunos considerando uma taxa de crescimento de 5,0% a.a.;
- Mensalidade: considerou-se o preço verificado nas demonstrações gerenciais na data-base da avaliação corrigido pela inflação IPCA por todo o período projetivo;
- Foi considerado um crescimento gradual do número de alunos até atingir o mesmo número observado no primeiro cenário ao final do período de projeção;
- Por conta da licença não ter vencimento e gerar benefícios futuros, considerou-se uma vida útil indefinida.

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014
Capital de giro	(a) Taxa CDI + taxa pré até 0,35% a.m.	50.389	65.868
Capital de giro em USD	(a) Variação cambial + cupom até 3,2% a.a.	27.142	-
Contratos de <i>swap</i>	(b) Taxa CDI + taxa pré até 3,72% a.a.	(5.726)	-
Conta garantida	(c) Taxa CDI + 6,17% a.a.	446	3.021
Contratos de arrendamento mercantil	(d) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	1.773	1.773
		74.024	70.662
Passivo circulante		45.486	26.445
Passivo não circulante		28.538	44.217

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014
Capital de giro	(a) Variação CDI + taxa pré até 0,35% a.m.	50.659	65.868
Capital de giro em USD	(a) Variação cambial + cupom até 3,2% a.a.	44.293	-
Contratos de <i>swap</i>	(b) Taxa CDI + taxa pré até 3,72% a.a.	(11.113)	-
Conta garantida	(c) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	446	3.021
Contratos de arrendamento mercantil	(d) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	8.087	4.905
Contratos FINAME	(e) TJPL + taxa pré 0,32% a.m.	134	161
Notas promissórias comerciais	Taxa CDI + taxa pré de 2,85%	121.953	-
		214.459	73.955
Passivo circulante		174.479	28.170
Passivo não circulante		39.980	45.785

- (a) Refere-se aos empréstimos para o capital de giro, os quais estão sendo utilizados para expansão das atividades da Companhia;
- (b) A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos tem o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados nos mesmos prazos e mesma contraparte da dívida;
- (c) Conta garantida junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.;
- (d) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento mercantil;
- (e) Captação de linha de crédito (FINAME) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para construção de um ginásio esportivo e aquisição de equipamentos

Em 22 de dezembro de 2015, visando recursos para expansão e aquisição, foram emitidas cinco Notas Promissórias Comerciais, pela ACEF, no valor de total de R\$ 122.000, sendo cada uma no valor de R\$ 22.400. As Notas Promissórias Comerciais possuem prazo de até 180 dias contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de junho de 2016. Como garantia da operação foi dado aval pela Companhia. Os gastos com a emissão das referidas notas comerciais foram de R\$662 e serão amortizados até a data de vencimento. Os juros incidentes sobre estas notas comerciais correspondem a 100% da variação do CDI e juros de 2,85% a.a.. Até a data de seus vencimentos, a Companhia e sua controlada ACEF tem como objetivo o resgate destas Notas Promissórias Comerciais e imediata emissão de debêntures simples, em mesmos valores e condições, através de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Lei 6.385/76, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários No. 566/2015, da Instrução CVM No. 476/09 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As garantias prestadas para os contratos de empréstimos para capital de giro estão compostas por recebíveis, notas promissórias e aval dos acionistas. Há 11.263 quotas de titularidade da Companhia, correspondentes a 98% do capital social da controlada UDF que se encontram alienadas fiduciariamente ao Banco Bradesco S.A., de acordo com os termos e condições previstos no 2º Instrumento Particular de Aditamento a Cédula de Crédito Bancário, bem como 4.447.462 quotas de titularidade da Companhia, correspondentes a 99,40% do capital social da controlada Módulo que se encontram alienadas fiduciariamente ao Banco Bradesco S.A., de acordo com os termos e condições previstos na Cédula de Crédito Bancário. Os contratos de arrendamento mercantil tem como garantia o próprio bem adquirido. O contrato de FINAME junto ao BNDES tem como garantia certos imóveis. As captações de empréstimo em moeda estrangeira tem aval como garantia.

A garantia da conta garantida é a própria carteira de títulos a receber mantida na instituição financeira.

A parcela não circulante, em 31 de dezembro de 2015 apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2017	9.116	13.157
2018	19.422	23.453
2019	-	2.696
2020	-	674
Total	28.538	39.980

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”) de vencimento antecipado ou de liquidação, dos quais resumidamente especificamos a seguir:

- se a Companhia requerer recuperação judicial ou extrajudicial, se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Companhia;
- se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios da Companhia;
- se a Companhia ou seus avalistas vier a inadimplir quaisquer de suas obrigações ou sofrerem protesto legítimo de títulos, sem que haja a substituição dos avalistas que vier a encontrar-se em qualquer das situações anteriores;
- se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle da titularidade das ações da Companhia, incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Debêntures

Em 13 de dezembro de 2013, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado "Instrumento particular de contrato de distribuição pública com esforços restritos de colocação (1a. Emissão) de debêntures simples, não conversíveis em ações", de emissão da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., no valor de R\$85.000, por meio da emissão de 8.500 debêntures, com valor unitário de R\$10 ("Valor Nominal Unitário"). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures tem prazo de vencimento de 7 anos contados a partir da data de emissão, com vencimento em 13 de dezembro de 2020. Foram contabilizados gastos com a emissão das debêntures no montante de R\$381 em 31 de dezembro de 2013. Este valor será amortizado mensalmente em 48 parcelas durante a vigência do contrato. O valor nominal unitário será amortizado em 48 parcelas mensais e consecutivas, a serem pagas todo dia 13 de cada mês, a partir de 13 de janeiro de 2017, sendo amortizada por parcela, da 1ª até a 47ª, a razão de 1,489996% do valor nominal líquido, e a 48ª parcela a razão de 29,969996%, totalizando assim 100% de amortização do Valor Nominal. A remuneração será paga da seguinte forma: i) com relação às seis primeiras parcelas, estas serão pagas semestralmente, a partir de 13 de junho de 2014; e ii) as demais parcelas seguintes serão pagas mensalmente, nas mesmas datas de pagamento da parcela de amortização a partir do dia 13 de janeiro de 2017. E a atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 1,80% a.a..

Movimentação das debêntures e notas promissórias comerciais

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	85.032
(+) Atualização monetária / juros	10.557
(+) Amortização do custo de captação	54
(-) Pagamento de encargos financeiros	(10.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	85.148
Circulante	420
Não Circulante	84.728
(+) Atualização monetária / juros	12.496
(+) Amortização do custo de captação	54
(-) Pagamento de encargos financeiros	(12.361)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	85.337
Circulante	337
Não Circulante	85.000

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As debêntures possuem cláusulas restritivas e não possuem cláusulas financeiras. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Garantias

A Companhia cedeu fiduciariamente e transferiu, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis, apurado nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, decorrentes do pagamento das mensalidades devidas pelos alunos da Unifran, pagas mediante depósito na conta vinculada ou por meio de cartões de crédito da bandeira VISA, no valor de R\$404. A Companhia, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, também cedeu fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, a conta corrente de titularidade da cedente, pela qual circularão os recebíveis, no montante de R\$4.404.

Adicionalmente de forma a garantir o fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias decorrentes das debêntures e sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, a Companhia e o Sr. Fábio Ferreira Figueiredo alienaram fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, ações ordinárias de emissão da Unifran, correspondentes a 100% do capital social da Unifran, assim como todos os direitos políticos e econômicos a estas inerentes, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças” celebrado entre a Companhia, o garantidor e o agente fiduciário.

Em 31 de dezembro de 2015, a parcela não circulante apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado
2017	15.198
2018	15.198
2019	15.198
2020	39.406
Total	85.000

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários a pagar	8.783	7.776	17.398	13.923
Provisão para férias e encargos	3.653	3.248	14.238	12.678
FGTS a recolher	688	631	2.751	1.770
INSS a recolher	1.764	1.730	5.886	5.128
INSS parcelado	64	-	212	-
Outras obrigações	-	61	-	112
Total	14.952	13.446	40.485	33.611

13. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRRF a recolher	2.300	2.006	6.109	4.676
Impostos retidos	584	494	1.430	597
ISS a recolher	929	750	3.423	2.376
IRPJ e CSLL	-	-	2.553	2.452
PIS e COFINS a recolher	290	378	698	892
Parcelamentos	320	372	41.499	46.212
Total	4.423	4.000	55.712	57.205
Passivo circulante	4.194	3.710	20.108	19.270
Passivo não circulante	229	290	35.604	37.935

Em 31 de dezembro de 2015 os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unicid	UDF	CSE	Unifran	Unifran	Módulo	FASS	Colégio São Sebastião	Total
	(a)	(b)	(b)	(b)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e)	
Valor original	1.406	49.866	132	237	18.475	6.323	1.450	484	265	78.638
(-) Pagamentos	-	(10)	-	-	(3.066)	-	-	-	-	(3.076)
Multa	508	-	6	9	-	-	208	91	65	887
Juros	882	-	42	161	-	-	1.213	15	-	2.313
Encargos	307	-	-	-	-	-	154	-	-	461
Saldo consolidado	3.103	49.856	180	407	15.409	6.323	3.025	590	330	79.223
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(1.261)	(9.364)	-	-	(5.227)	-	-	-	-	(15.852)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	(8.565)	-	-	-	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	1.842	31.927	180	407	10.182	6.323	3.025	590	330	54.806
(+) Atualização	296	17.459	21	57	7.123	4.672	971	70	10	30.679
(-) Pagamentos	(1.532)	(15.417)	(119)	(144)	(16.573)	(6.456)	(3.524)	(139)	(82)	(43.986)
Saldos a pagar em 31/12/2015	606	33.969	82	320	732	4.539	472	521	258	41.499

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2014 os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unicid	UDF	CSE	Unifran	Unifran	Módulo	Total
	(a)	(b)	(b)	(b)	(b)	(c)	(d)	
Valor original	1.406	49.866	132	237	18.475	6.323	1.450	77.889
(-) Pagamentos	-	(10)	-	-	(3.066)	-	-	(3.076)
Multa	508	-	6	9	-	-	208	731
Juros	882	-	42	161	-	-	1.213	2.298
Encargos	307	-	-	-	-	-	154	461
Saldo consolidado	3.103	49.856	180	407	15.409	6.323	3.025	78.303
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(1.261)	(9.364)	-	-	(5.227)	-	-	(15.852)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	(8.565)	-	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	1.842	31.927	180	407	10.182	6.323	3.025	53.886
(+) Atualização	427	14.716	5	14	6.952	4.120	943	27.177
(-) Pagamentos	(1.350)	(11.631)	(35)	(49)	(13.400)	(5.321)	(3.065)	(34.851)
Saldos a pagar em 31/12/2014	919	35.012	150	372	3.734	5.122	903	46.212

- a) A controlada UNICID aderiu ao parcelamento pela Lei Nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, onde foi instituído o programa de parcelamento incentivado PPI, destinado a promover a regularização de débitos tributários, inclusive os inscritos na dívida ativa em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2004. Sobre este parcelamento incide atualização monetária e juros de mora por mês, e pode ser liquidado em até 120 parcelas.
- b) Parcelamento REFIS IV: Em 27 de maio de 2009, as controladas Unicid e Unifran aderiram ao parcelamento por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil (RFB) instituiu o Programa de Parcelamento Especial, denominado "REFIS IV". A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei imposta na confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Este programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da RFB, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre estes débitos. Este parcelamento prevê, entre outras: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido dos valores remanescentes de multa e juros, cuja consolidação dos débitos ocorreu no ano de 2011.

Em 18 de junho de 2015 através da Lei 12.996 ocorreu a reabertura dos benefícios oferecidos inicialmente pela Lei nº 11.941, referente aos débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013, sendo que em 22 de agosto de 2015 a controladora CSE e a controlada UDF efetuaram a migração ao parcelamento, sendo a CSE em 60 parcelas mensais em débitos previdenciários e a UDF em 30 parcelas mensais e para os demais débitos da Receita Federal.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Parcelamento PPI Município de São Paulo e Franca: A controlada Unifran aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, destinado a promover a recuperação de créditos tributários a favor do Município, inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não. Sobre os débitos tributários incluídos no PPI incidem atualização monetária, multa e juros de mora.
- d) Parcelamento PAEX: Em 29 de setembro de 2006, a controlada Módulo aderiu ao parcelamento do PAEX, determinado no art.1º da MP 303, que permitiu as companhias parcelarem a totalidade dos débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto à Secretaria da Receita Federal (SRF) e à Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), em até 130 prestações mensais e sucessivas, sendo que a adesão ao parcelamento implicará na confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos existentes, sujeitando-se as companhias à aceitação plena de todas as condições estabelecidas na MP 303/2006. Conforme mencionado, a controlada aderiu ao parcelamento em 130 parcelas, com redução de 50% referente a multa de mora, sendo que o parcelamento será atualizado com base na incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
- e) Parcelamento Ordinário - Federal Dívida Ativa: A controlada FASS aderiu em 30 de Setembro de 2011 ao parcelamento ordinário, com a Receita Federal, sem redução na multa de mora e juros, suas atualizações são realizadas com base na taxa SELIC acumulada com base no mês da adesão. A mesma controlada aderiu em 12 de fevereiro de 2015 ao parcelamento ordinário, com a Receita Federal, sem redução na multa de mora e suas atualizações são realizadas com base na taxa SELIC/mês. A controlada Colégio São Sebastião aderiu em 28 de novembro de 2014 ao parcelamento ordinário, com a Receita Federal, sem redução na multa de mora e suas atualizações são realizadas com base na taxa SELIC.

14. Partes relacionadas

Controladora

	31/12/2015		31/12/2014		
	Resultado	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Resultado
Com controladas					
Unicid (b)	-	-	-	17.687	-
UDF (b)	-	-	-	2.513	-
Módulo (b)	-	-	190	1.375	-
Unifran	-	521	-	-	-
	-	521	190	21.575	-
Outras partes relacionadas					
Motriz Participações Ltda.	(183)	-	-	-	-
FP incorporadora Ltda. (a)	(3.150)	-	-	-	(3.038)
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (a)	(5.381)	-	-	-	(5.813)
	(8.714)	-	-	-	(8.851)
	(8.714)	521	190	21.575	(8.851)

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	31/12/2015		31/12/2014		
	Resultado	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Resultado
Outras partes relacionadas					
Motriz Participações Ltda.	(183)	-	-	-	-
FP incorporadora Ltda. (a)	(3.150)	-	-	-	(3.038)
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (a)	(5.381)	-	-	-	(5.813)
	(8.714)	-	-	-	(8.851)

(a) Refere-se as despesas de aluguéis dos seguintes imóveis: Campi São Miguel Paulista, Anália Franco e Pinheiros, Ginásio de Esportes e Clínica Veterinária.

(b) Refere-se a adiantamentos para futuro de capital.

Os contratos de aluguéis foram celebrados considerando os preços cobrados na média por imóveis do mesmo porte e na mesma região, baseados em laudos emitidos por empresas especializadas.

Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da remuneração entre os administradores. Na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de agosto de 2015, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$4.736 (R\$5.055 em 2014), a qual está dentro dos limites aprovados em correspondentes assembleias de acionistas. A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Processos cíveis	4.553	4.869	6.574	6.416
Processos tributários	42	1	212	167
Processos trabalhistas	359	1.070	11.123	9.384
Total	4.954	5.940	17.909	15.967

A movimentação da provisão para demandas judiciais está descrito abaixo:

	Controladora			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.014	2.150	1.962	5.126
Adições / (Reversões)	3.855	(2.149)	(892)	814
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.869	1	1.070	5.940
Adições / (Reversões)	(316)	41	(711)	(986)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.553	42	359	4.954

	Consolidado			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.858	3.217	13.016	19.091
Adições / (Reversões)	3.558	(3.050)	(3.632)	(3.124)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	6.416	167	9.384	15.967
Adições por aquisição da CEUNSP	6	-	1.197	1.203
Adições / (Reversões)	152	45	542	739
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.574	212	11.123	17.909

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também, estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$6.574 em 31 de dezembro de 2015 (R\$6.416 em 31 de dezembro de 2014).

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados, de natureza acadêmica e operacional.

O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública em 2007 contra a Módulo, Unicid e Cruzeiro do Sul, e diversas outras universidades questionando a cobrança de taxa de emissão de diploma. A ação foi julgada parcialmente procedente somente para que as universidades não mais cobrassem taxas para expedição de diplomas. Em segunda instância, as universidades foram condenadas também a devolver, em dobro, os valores cobrados de alunos e ex-alunos no período de cinco anos anteriores à citação na ação, acrescidos de juros e correção monetária. Foi interposto recurso pelas universidades e o processo encontra-se no STJ para reexame da matéria. Foi estimado e provisionado o valor total de R\$863 para suportar perdas nesse processo.

O Ministério Público Federal ajuizou também ação civil pública em 2005 contra a controlada Módulo com o intuito de que o Poder Judiciário analisasse todas as cláusulas do contrato de prestação de serviços educacionais da época da instituição para verificar se estavam de acordo com a legislação consumerista. Foi proferida sentença determinando a anulação de algumas cláusulas do contrato de prestação de serviços da época e determinando alterações nas mesmas. Interposto recurso de apelação pelo Ministério Público Federal, ao qual foi dado provimento para determinar que as mensalidades cobradas pela instituição sejam proporcionais à quantidade de horas e disciplinas cursadas para os alunos cursando dependências e adaptações. A instituição interpôs recurso, que aguarda julgamento, sendo que o valor histórico dado à causa é de R\$200, entretanto o valor de eventual perda só poderá ser calculado em liquidação de sentença e será equivalente aos prejuízos eventualmente causados a alunos e ex-alunos com base nas cláusulas que estariam em desacordo com a lei consumerista de acordo com a sentença.

A Companhia figura como ré em ação cível proposta pelos proprietários de imóvel locado onde funciona atualmente o campus Liberdade da Universidade Cruzeiro do Sul. A ação visa a revisão do aluguel mensal vigente. A sentença fixou novo valor de aluguel, que passou a ser pago pela Companhia após referido arbitramento. Foi interposto recurso pela Companhia, que está pendente de julgamento. De acordo com o parecer dos consultores jurídicos da Companhia, o risco de perda é provável e estimada em R\$2.279, que foi provisionado.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos tributários com perda provável

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$212 em 31 de dezembro de 2015 (R\$167 em 31 de dezembro de 2014). As provisões tributárias são principalmente decorrentes de discussões administrativas e judiciais referentes a imunidade tributária de tributos federais e contribuições sociais, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e ao Programa de Integração Social - PIS.

Há ainda 13 execuções fiscais ajuizadas contra a controlada Unicid para cobrança de contribuições previdenciárias, tributos municipais e federais, no período de 1998 a 2008 referentes a (a) contribuições previdenciárias, competência de 07/2002 a 10/2002, (b) IRPJ, IRRF e CSLL referentes ao período de 07/2003 a 02/2008; (c) PIS/ COFINS referente ao período de 07/2003 a 02/2008; (d) IRPJ referente ao período de 01/1998 a 12/1998; (e) taxa do lixo referente ao período ano de 2003; e (f) ISS, somando o valor total estimado de R\$33.785. Todos estes processos se encontram com exigibilidade suspensa perante a Procuradoria Geral da Fazenda, Receita Federal e Prefeitura Municipal de São Paulo por conta de adesão a programa de parcelamento que vêm sendo quitados.

Processos trabalhistas com perda provável

Os processos trabalhistas são referentes principalmente a horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo interjornada, diferenças de salário por redução de carga horária de professores e indenizações por não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$11.123 em 31 de dezembro de 2015 (R\$9.384 em 31 de dezembro de 2014).

Dentre os principais processos classificados como perda provável destacam-se:

Ação movida por ex-docente contra a Unicid pleiteando estabilidade convencionada, diferenças salariais e reflexos. Foi provisionado o valor de R\$1.476 para esse processo, que aguarda a decisão final. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Unicid pela Companhia, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

Ação movida por ex-docente contra a Unicid pleiteando descanso semanal remunerado - DSR, adicional noturno, horas extra, diferenças salariais e reflexos. Foi provisionado o valor de R\$1.012 para esse processo, que aguarda a decisão final. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Unicid pela Companhia, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ressarcimento para perdas cíveis, tributários e trabalhistas

Dos processos com prognóstico de perda provável, em 31 de dezembro de 2015, existiam: (a) 65 processos de natureza cível, no valor total estimado em R\$563, (b) 2 processos judiciais tributário (excluindo os processos administrativos e as execuções fiscais cujos débitos já estão sendo pagos no âmbito de programas de parcelamento), no valor total estimado em R\$169 e (c) 22 processos trabalhistas no valor total estimado em R\$4.790, referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da Unicid, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da Unicid, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

Em relação à controlada Unifran, dos processos com prognóstico de perda provável, em 31 de dezembro de 2015, existiam: (a) 3 processos de natureza cível, no valor total estimado em R\$47, (b) 22 processos trabalhistas no valor total estimado em R\$775, referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da Unifran, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos que excedam o valor de R\$14.000, da mesma forma, a Companhia e suas subsidiárias possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da Unifran, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada conforme apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Processos cíveis	894	1.358	7.299	9.381
Processos tributários	15.504	11.252	27.091	20.885
Processos trabalhistas	667	1.211	12.697	11.301
Total	17.065	13.821	47.087	41.567

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$7.299 (R\$9.381 em 31 de dezembro de 2014).

Dentre vários processos cíveis com risco de perda possível podemos destacar:

Ação indenizatória proposta contra a controlada Unifran por estudantes que alegam terem sido vítimas de estelionato por indivíduo que se passava por tutora e representante de polo de cursos supostamente ofertados pela Unifran na cidade de Nova Ponte- MG, tendo matriculado tais alunos, realizado atividades e recebido valores de mensalidades, sem o conhecimento e autorização da Unifran. Pleiteiam o reconhecimento das atividades realizadas perante a suposta tutora, regularização de sua vida acadêmica, convalidação dos estudos sem custos. Alternativamente, na impossibilidade de convalidação, pleitearam a restituição dos valores pagos a título de mensalidade, cujo valor não foi indicado na inicial e indenização por danos morais. Foi considerado pelos advogados o valor de R\$50 como perda possível.

Há processo movido contra a controlada Unicid por advogados que alegam ter prestado serviços para a Unicid e não teriam recebido a devida remuneração em contrapartida, no valor total de R\$1.686.

Processo encontra-se em fase de instrução.

Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$27.091 em 31 de dezembro de 2015 (R\$20.885 em 31 de dezembro de 2014).

Dentre os principais processos podemos destacar:

Dentre vários processos tributários com risco de perda possível, destacamos a execução judicial ajuizada contra a Companhia, que discute o recolhimento de COFINS do período de Jan/97 a Dez/01 no valor de R\$2.424.

Há ainda 11 processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a Companhia discutindo recolhimento de contribuições sociais PIS e COFINS no valor estimado de R\$13.080

Há 18 processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a controlada Unifran discutindo principalmente não lançamento de contribuições, entre outros, somando risco possível avaliado em R\$10.728. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Unifran pela Companhia, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$12.697 em 31 de dezembro de 2015 (R\$11.301 em 31 de dezembro de 2014).

Dentre as principais ações, destacam-se:

Reclamação trabalhista ajuizada por ex-docente da controlada Unicid referente a adicional de insalubridade, adicional noturno, férias vencidas, horas extras, descanso semanal remunerado, intervalo interjornada e danos morais e todos os reflexos, com perda possível avaliada no montante total de R\$5.457. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Unicid pela Companhia, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

16. Obrigações por aquisições de participações societárias

	Consolidado		
	MÓDULO	UNIFRAN	Total
Saldos em 31/12/2013	-	43.806	43.806
(+) Juros	-	1.955	1.955
(-) Pagamento	-	(45.761)	(45.761)
Saldos em 31/12/2014	-	-	-
(+) Aquisição	11.033	116.550	127.583
(+) Juros	-	26	26
(-) Pagamento	(11.033)	(101.550)	(112.583)
Saldos em 31/12/2015	-	15.026	15.026
Passivo circulante	-	5.026	5.026
Passivo não circulante	-	10.000	10.000

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia era de R\$ 30.489 (R\$ 489 em 31 de dezembro de 2014) composto por 7.661.456 (7.661.456 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2015		31/12/2014	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
D2HFP - Fundo de Investimento em Participações	2.272.183	29,66%	2.272.183	29,66%
Fundo de Investimento e Participações Alfa 7	2.272.183	29,66%	2.272.183	29,66%
Astic ED Fundo de Investimento em Participações	2.829.799	36,94%	2.829.799	36,93%
Outros	272.751	3,56%	287.291	3,75%
Ações em tesouraria	14.540	0,19%	-	-
	7.661.456	100%	7.661.456	100%

- i. Em 30 de janeiro de 2014, foi exercida a opção de subscrição de ações, sendo emitidas 33.003 novas ações, subscritas pelo valor de R\$95, cada ação, totalizando R\$3.150. Desse montante, R\$33 compõem o capital social e R\$3.117 a reserva de capital. O exercício dessa opção de subscrição de ações faz parte do preço de compra da Unifran.
- ii. Em 20 de maio de 2015, houve aumento de capital no montante de R\$30.000, através da reserva para futuro aumento de capital, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 7.661.456.

b) Ações em tesouraria

Durante o ano de 2015 a Companhia efetuou a aquisição de 14.540 ações, no montante de R\$1.463, mantidas em tesouraria.

Em 2014 a Companhia efetuou aquisições de 135.249 ações, no montante de R\$13.226, que foram mantidas em ações em tesouraria, e canceladas em dezembro de 2014.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos.

e) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação.

A destinação do lucro líquido apurado nos exercícios de 2015 e 2014 está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	80.926	42.959
Apropriação para reserva legal (i)	(4.046)	(7)
Base para dividendo mínimo obrigatório	76.880	42.952
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	19.220	10.738
Destinação para a reserva de retenção de lucros	19.777	4.431
Reserva para futuro aumento de capital (ii)	37.883	27.783

(i) A Administração da Companhia destinou parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal até o montante equivalente a 20% do capital social;

(ii) O Art. 199 da Lei das S.A. prevê que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Desta forma, a Administração destinou o montante de R\$37.883 (R\$27.783 em 31 de dezembro de 2014) do saldo da reserva de lucros na forma de aumento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

Durante 2015 a Companhia aprovou distribuição adicional de dividendos de R\$ 5.462.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Lucro por ação

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Lucro por ação (básico e diluído)	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	80.926	42.959
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	7.661.456	7.737.467
Lucro por ação em R\$	10,56	5,55

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

19.1 Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5 e sobre empréstimos e financiamentos e debêntures estão mencionadas nas Notas 10 e 11, respectivamente.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2015, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2015:

Cenário em 31 de dezembro de 2015 (Controladora)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Provável (CDI – 14,25%)</u>	<u>Varição de 25%</u>	<u>Varição de 50%</u>
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	4.055	4.633	4.488	4.344
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	74.024	84.572	87.210	89.848
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	85.337	97.498	100.538	103.579

Cenário em 31 de dezembro de 2015 (Consolidado)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Provável (CDI – 14,25%)</u>	<u>Varição de 25%</u>	<u>Varição de 50%</u>
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	35.838	40.945	39.668	38.391
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	214.459	245.019	252.661	260,303
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	85.337	97.498	100.538	103.579

Risco cambial

A exposição da Companhia e/ou suas controladas ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável principalmente a empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco cambial pode impactar significativamente o resultado financeiro líquido da Companhia e/ou suas controladas em função dos empréstimos contratados em moeda estrangeira. Para gerenciar este risco, a Companhia e/ou suas controladas utilizam contratos de swaps.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário e operações compromissadas emitidas por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Passivos financeiros	31/12/2014							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	26.445	23.022	21.195	70.662	28.170	24.590	21.195	73.955
Debêntures	420	14.871	69.857	85.148	420	14.871	69.857	85.148
Fornecedores	3.961	-	-	3.961	6.534	-	-	6.534
Obrigações tributárias	3.710	190	100	4.000	19.270	11.086	26.849	57.205
Total	34.536	38.083	91.152	163.771	54.394	50.547	117.901	222.842

Passivos financeiros	31/12/2015							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	45.486	9.336	19.202	74.024	174.479	14.711	25.269	214.459
Debêntures	337	15.198	69.802	85.337	337	15.198	69.802	85.337
Fornecedores	5.976	-	-	5.976	14.647	-	-	14.647
Obrigações tributárias	4.194	210	19	4.423	20.108	11.028	24.576	55.712
Obrigações por aquisição de obrigações societárias	-	-	-	-	5.026	5.000	5.000	15.026
Total	55.993	24.744	89.023	169.760	214.597	45.937	124.647	385.181

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	225.572	73.955
Derivativos	(11.113)	-
Debêntures	85.337	85.148
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(36.053)	(10.194)
(-) Aplicações financeiras	-	(360)
(=) Dívida líquida	263.743	148.549
Patrimônio líquido	262.365	207.584
Dívida líquida e patrimônio líquido	526.108	356.133

19.2 Valor justo

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros da controladora:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4.088	2.848	4.088	2.848
Aplicações financeiras	-	158	-	158
Contas a receber	31.353	22.996	31.353	22.996
Total	35.441	26.002	35.441	26.002
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	74.024	70.662	75.815	71.326
Derivativos	-	-	-	-
Debêntures	85.337	85.148	87.402	85.718
Fornecedores	5.976	3.961	5.976	3.961
Total	165.337	159.771	169.193	161.006

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros consolidados:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	36.053	10.194	36.053	10.194
Aplicações financeiras	-	360	-	360
Contas a receber	110.243	77.786	110.243	77.786
Total	146.296	88.340	146.296	88.340
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	225.572	73.955	231.031	74.648
Derivativos	(11.113)	-	(11.113)	-
Debêntures	85.337	85.148	87.402	85.722
Fornecedores	14.647	6.534	14.647	6.534
Obrigações por aquisição de participação societária	15.026	-	15.026	-
Total	329.469	165.637	336.993	166.904

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2 Estimativa do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados pelo valor justo, sendo:

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e financiamentos	-	44.020	-	44.020	-	-	-	-
Derivativos	-	(11.113)	-	(11.113)	-	-	-	-
	-	32.907	-	32.907	-	-	-	-

19.3 Instrumentos financeiros derivativos

As operações de swap são classificadas como hedge de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares americanos) convertendo a dívida em moeda local.

Operações desta natureza foram contratadas pela primeira vez no ano de 2015 e consideraram os mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com a mesma instituição financeiras ("contraparte"). Em 31 de dezembro de 2015 o valor referência dos contratos em aberto era R\$31.543.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações de hedge contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (hedge accounting), a dívida objeto da proteção é também considerada ao seu valor justo, conforme demonstrado abaixo:

		Consolidado	
		Valor de referência	Valor justo
		31/12/2015	31/12/2015
Objeto de hedge - dívida (USD + taxa juros fixa)	Variação cambial + 3,20% a.a.	31.543	44.020
		<u>31.543</u>	<u>44.020</u>
Ponta ativa swap (USD + taxa juros fixa)	Variação cambial + 3,20% a.a.	(31.543)	(44.015)
Ponta passiva swap (CDI + spread)	CDI + 2,94% a.a.	31.543	32.902
Posição hedge líquida (ativo)		<u>-</u>	<u>(11.113)</u>
Empréstimos e financiamentos, líquido (apenas contratos protegidos)		<u>-</u>	<u>32.907</u>

Ganhos e perdas realizados e não realizados referente a estes contratos são registrados no resultado financeiro líquido e o saldo a receber pelo seu valor justo era de R\$11.113 em 31 de dezembro de 2015 e está registrado na rubrica de "Empréstimos e financiamentos".

Os valores justos dos instrumentos financeiros são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para swap, ambas divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos swaps de cupons cambiais versus CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda também divulgadas pela BM&FBovespa.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

Descrição	Contraparte	Valor de referência	Vigência	Valor a receber em 31/12/2015	
				Pela curva	Ao valor justo
Swap cambial USD x CDI	Itaú BBA	USD 1.042	01/12/2015 a 01/04/2016	697	896
Swap cambial USD x CDI	Bradesco	USD 5.000	29/07/2015 a 25/07/2016	1.962	4.830
Swap cambial USD x CDI	Itaú BBA	USD 3.000	12/11/2015 a 12/02/2020	69	5.387
				<u>2.728</u>	<u>11.113</u>

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	80.926	42.959	81.683	44.592
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(27.515)	(14.606)	(27.772)	(15.161)
Adições:				
Despesas não dedutíveis (i)	(10.600)	(17.073)	(15.653)	(19.979)
Exclusões:				
Outras exclusões	767	5.302	1.887	5.932
Equivalência patrimonial	37.348	26.377		-
Outros itens:				
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	4.683	4.365
Isenção - PROUNI	-	-	36.098	23.210
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-	(757)	(1.633)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(757)	(1.633)
	-	-	(757)	(1.633)

(i) As principais adições são oriundas das provisões para demandas judiciais e a amortização de intangíveis alocados em combinações de negócios das controladas SECID e ACEF, que de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda (RIR), artigos 249 (provisão) e 386 (ágio), não são despesas dedutíveis.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta				
Cursos de graduação	281.072	211.588	932.484	713.835
Cursos de pós-graduação	48.045	47.272	66.489	65.903
Cursos técnicos e colégio	17.369	16.157	37.914	31.105
Outras receitas	3.585	4.228	6.687	10.154
	350.071	279.245	1.043.574	820.997
Deduções da receita bruta				
Bolsa de estudo e descontos concedidos	(106.354)	(75.374)	(321.591)	(214.609)
Devoluções de mensalidades e taxas	(5.296)	(1.298)	(12.178)	(3.765)
Tributos	(8.314)	(7.576)	(20.822)	(18.941)
Receita líquida	230.107	194.997	688.983	583.682

22. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários e encargos sociais	(118.867)	(102.880)	(323.039)	(292.374)
Depreciação de imobilizado	(3.955)	(4.494)	(12.641)	(12.044)
Amortização do software	(1.940)	(1.191)	(2.436)	(1.718)
Amortização do intangível	-	-	(10.387)	(10.408)
Aluguel e condomínio	(23.483)	(20.971)	(52.826)	(46.702)
Energia elétrica, água e telefone	(3.877)	(2.832)	(10.440)	(7.382)
Utilidades, limpeza e segurança	(6.058)	(4.708)	(12.767)	(9.960)
Publicidade e propaganda	(14.700)	(10.556)	(24.891)	(20.525)
Serviços de terceiros	(17.296)	(18.932)	(44.223)	(46.258)
Manutenção e reparos	(5.027)	(2.166)	(9.090)	(4.626)
Materiais de consumo	(3.189)	(3.205)	(7.611)	(6.750)
Provisão para demandas judiciais	986	(814)	(739)	3.124
Custos com parceria	(20.218)	(18.376)	(22.975)	(19.340)
Custos pedagógicos	(2.811)	(1.467)	(4.607)	(4.090)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.725)	(9.173)	(31.061)	(19.758)
Outras	(10)	(4.222)	(2.795)	(6.043)
	(233.170)	(205.987)	(572.528)	(504.854)
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(165.509)	(148.542)	(403.730)	(367.488)
Despesas gerais e administrativas	(52.865)	(40.256)	(117.729)	(97.837)
Depreciação e amortização	(5.895)	(5.685)	(25.464)	(24.170)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.725)	(9.173)	(31.061)	(19.758)
Outras despesas operacionais, líquidas	3.824	(2.331)	5.456	4.399
	(233.170)	(205.987)	(572.528)	(504.854)

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Resultado financeiro

23.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas sobre aplicações financeiras	140	1.739	2.353	2.876
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	913	1.411	1.859	4.893
Outras receitas	193	273	550	547
Total das receitas financeiras	1.246	3.423	4.762	8.316

23.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	-	(1.955)	(26)	(1.955)
Descontos concedidos sobre mensalidades em atraso	(638)	(2.693)	(1.924)	(11.384)
Tarifas bancárias	(1.226)	(690)	(3.802)	(6.059)
IOF	(305)	(136)	(501)	(256)
Juros bancários e multas	466	(992)	(3.619)	(1.843)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(25.402)	(20.588)	(29.662)	(21.055)
Total despesas financeiras	(27.105)	(27.054)	(39.534)	(42.552)

24. Compromissos

A Companhia contratou arrendamentos comerciais para determinados bens. Esses arrendamentos têm vida média entre três e cinco anos, sem previsão contratual para opção de renovação.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro são os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Dentro de um ano	51.308	46.825
Após um ano, mas menos de cinco anos	205.234	209.340
Mais de cinco anos	307.850	319.228
	564.392	575.393

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas abaixo apresentam os compromissos referentes a arrendamentos mercantis financeiros:

	Controladora			
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	1.259	1.010	1.259	1.010
Entre um e cinco anos	871	763	871	763
Total arrendamento mercantil	2.130	1.773	2.130	1.773
Encargos financeiros	(357)	-	(357)	-
Valor presente	1.773	1.773	1.773	1.773
	Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	5.732	5.732	3.307	2.586
Entre um e cinco anos	4.199	2.355	2.615	2.319
Total arrendamento mercantil	9.931	8.087	5.922	4.905
Encargos financeiros	(1.844)	-	(1.017)	-
Valor presente	8.087	8.087	4.905	4.905

25. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Importância segurada	
	31/12/2015	31/12/2014
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	288.291	182.500
Perda ou pagamento de aluguel	14.145	7.150
Impacto de veículo terrestre e demais aéreo e/ou espacial	3.000	5.565
Danos elétricos	2.684	2.450
Outros	17.091	7.100
	325.211	204.765